



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1982.

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1982

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Túlio Zanchet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nadi, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PDS — Partido Democrático Social, tendo em vista solicitação regimental desta Presidência, vem enumerar o rol dos Deputados desta Bancada, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI que deverá apurar responsabilidades e causas das enchentes do Rio Paraná e seus afluentes a ser realizada nesta augusta Casa de Leis, com duração de 90 (noventa) dias.

MEMBROS EFETIVOS

JOSÉ LÁZARO DUMONT

BASÍLIO ZANUSSO

GABRIEL SAMPAIO

MEMBROS SUPLENTES

WERNER WANDERER

EGON PUDELL

WILSON FORTES

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 172/81, oriundo do egrégio Tribunal de Justiça, que visa alterar dispositivos da Lei nº 7297, de 08/01/80 — Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. NAZARENO BERTON, ocorrido no dia 11 de abril, em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Pessoa muito ligada aos meios religiosos, do Município de São José dos Pinhais. Perde o município e deixa uma profunda tristeza a seus familiares e amigos, um batalhador incansável pela paz e progresso da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DALMIRO MACHADO, ocorrido no dia 07 de abril, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Deixa uma lacuna de muita tristeza, pois o Sr. Dalmiro Machado, era pessoa muito estimada em nossa Capital. Perde Curitiba, um batalhador incansável pelo progresso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Superintendente Regional do INAMPS Dr. MÁRIO MARANHÃO, recentemente nomeado e de telex ao Ministro JAIR SOARES, da Previdência, dirigindo-lhes veemente apelo no sentido de ser revista a classificação de hospitais da Região Metropolitana de Curitiba, apresentada pela anterior Superintendência regional do INAMPS, em que figuram o Hospital Evangélico de Curitiba, com avaliação de 10 por cento, a Santa Casa de misericórdia com 20 por cento e o Hospital da Cruz Vermelha de Curitiba, com 15 por cento.

A referida classificação é notoriamente injusta, considerando o fato de serem os referidos estabelecimentos hospitalares, autênticos modelos de trabalho eficiente, honesto e altamente humanitário. É inaceitável que o Hospital Evangélico de Curitiba passe da colocação de primeira categoria - como foi anteriormente classificado - para a de terceira categoria, pela simples opinião de uma Comissão de Avaliação do Desempenho do INAMPS que, datíssima vênua, fugiu dos melhores critérios, conforme abalizadas opiniões colhidas.

O urgente reparo das distorções do enfocado ato, torna-se, portanto, imperativo para que prevaleça o bom senso. Ao mesmo tempo afastará a ameaça do fechamento de indispensáveis

instituições, como o Hospital Evangélico de Curitiba que já anunciou, por sua direção, a lamentável possibilidade de suspensão de suas atividades, por absoluta falta de condições, diante da absurda situação apresentada.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, vem com o devido acatamento, solicitar, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao INCRA e ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, a urgente regularização da área situada na localidade de esquina Céu Azul, Município de Santa Helena, onde residem aproximadamente 15 famílias, muitas há mais de 15 anos, bem como a regularização da área da Capela Nossa Senhora Aparecida e do Cemitério.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Os Srs. Luiz Dalpozzo, Ernesto Canozzi, Silvestre Masmann, José Pádia, Armindo Hoppe, Germano Hoppe, Francisco Dunke, Evaldino Benone, Romaldo Hackmann, Hélio Simin, Luiz Dalbocer, Roque João Simonetto, Edmundo Kunkel, Levino Konradt, Sofreno Both e outros, encontram-se há mais de quinze anos residindo na área acima citada à espera de que seja concedida pelo ITC a definição dominial aos moradores, bem como a área ocupada pela Capela Nossa Senhora Aparecida e do Cemitério.

Representantes do INCRA estiveram na área a dois anos atrás, prometendo a concessão dos títulos dominiais aos moradores, o que não aconteceu até hoje, e isso tem causado muitas dificuldades aos agricultores, pois sem a definição dominial, que deve ser concedida pelos organismos oficiais, estão à margem de qualquer crédito ou assistência oficial.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra com satisfação a presença, neste Plenário, de alunas de Relações Públicas da Universidade Estadual de Londrina.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O Deputado que o presente subscrive, REQUER, na forma regimental, ouvido o Plenário, seja enviado telex aos Ministros Delfim Neto, do Planejamento; Ernani Galvêas, da Fazenda e Amaury Stábile, da Agricultura, e ao Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, nos seguintes termos:

“Incorporando-nos ao pleito das Cooperativas Paranaenses, expresso pela OCEPAR, solicitamos a Vossência que:

- 1). Operações de AGF (Aquisições do Governo Federal) para o algodão sejam feitas com a cláusula de retrovenda às Cooperativas, à semelhança do que ocorre para o algodão do Nordeste, e conforme ocorrido em outras ocasiões;

- 2). Seja promovida alocação urgente de recursos do EGF (Empréstimos do Governo Federal) para arroz, algodão, soja e milho em volumes compatíveis com a produção recebida pelas cooperativas, e abrangendo 100 por cento do preço mínimo.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1982.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná tem se destacado economicamente, por ser um dos grandes Estados produtores de bens agrícolas, mantendo uma continuidade de safras que o habilitam a pleitear medidas de apoio por parte do Governo Federal. Afinal, a base agrícola

da economia brasileira tem permitido não só a oferta de crescentes volumes de exportações, como o abastecimento interno em condições de preços que contribuem para suavizar os efeitos da inflação.

Por isso, venho à tribuna pedir o apoio desta Casa para o pleito que a Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR acaba de dirigir às autoridades da área econômica, a saber, aos Ministros Delfim Neto, do Planejamento, Ernani Galvêas, da Fazenda, e Amaury Stábile, da Agricultura, e ao Presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Neste pedido as lideranças cooperativistas paranaenses lembram que as cooperativas de produção estão recebendo grandes volumes da safra atual. Tanto que são esperados os seguintes índices de recebimento pelas cooperativas; soja, 50 por cento do total produzido no Estado; milho, 35 por cento e algodão, 43 por cento.

Mas, a indefinição na liberação de recursos para a comercialização agrícola — do conhecimento de todos os Srs., porque fartamente noticiada pela imprensa — está prejudicando o atendimento ao produtor por parte das cooperativas paranaenses, como nos dá ciência, em telex desta Casa, o Presidente da OCEPAR, o cooperativista Guntolf van Raick.

Não só os volumes colocados à disposição da rede bancária pelo Governo são insuficientes, como o Governo Federal tem sido inconstante na definição das margens do chamado EGF — Empréstimos do Governo Federal. Tanto que as Cooperativas estão pedindo que os financiamentos sejam aplicados na base de 100 por cento do preço mínimo e não apenas cobrindo o montante de financiamento da safra, porque há casos inclusive dos produtores que arcaram com as despesas de custeio mediante recursos próprios.

Também as Cooperativas Paranaenses pedem um tratamento especial para suas operações com algodão. Sabemos que essa fibra vegetal é o melhor artigo até hoje encontrado para a produção de vestuário e outros bens, especialmente para as classes populares. Por isso todos temos o maior empenho em estimular a cultura dessa fibra vegetal. As Cooperativas querem que seja aplicado o mesmo princípio adotado para as compras de algodão do Nordeste: que o Governo, via AGF — Aquisições do Governo Federal, admita a cláusula de retrovenda, isto é, que as Cooperativas possam recomprar o produto que estão colocando junto à Comissão de Financiamento da Produção, na medida de suas futuras disponibilidades financeiras e de beneficiamento do algodão.

Neste sentido, peço permissão para ler o requerimento em que ambas as medidas são pleiteadas”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A razão que nos traz à tribuna, nesta tarde, é para justificar um requerimento que estamos enviando à Delegacia Regional do BNH do Paraná e que visa buscar algumas informações que, na qualidade de representante do povo, julgamos imprescindível que as mesmas sejam prestadas especialmente à comunidade de Londrina.

O nosso requerimento, o nosso pedido de informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se refere aos conjuntos habitacionais construídos na cidade de Londrina, nesta última gestão municipal. E disse que se justifica na medida em que boatos, rumores, comentários, existem sobre a aquisição de determinados terrenos, sobre valores que tenham sido pagos, sobre indícios de que desvios de verbas têm ocorrido. E na medida em que esses boatos se propalam, essas informações são mais do que necessárias para que um representante do povo, para que um Deputado que se elege com compromisso de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, possa, inclusive, prestar infor-

mações seguras àqueles que, nas ruas, nas praças, nos bairros, nos questionam.

Então, o que nos move a encaminhar este requerimento à Delegacia Regional do BNH de Curitiba é, exatamente, para que possamos prestar as informações necessárias, imprescindíveis à comunidade londrinense que, em última análise, é quem está pagando — e sabemos, um preço muito alto, pela aquisição, ou pelas aquisições de terrenos que a COHAB de Londrina comprou; para a construção de um sem-número de casas populares daquela cidade.

Os comentários são os mais diferentes. Dizem que alguns terrenos foram comprados por um preço e escriturados por outro. Dizem que comissões milionárias teriam sido pagas a pessoas influentes na administração municipal, em especial na COHAB de Londrina. Dizem que pessoas, através do serviço asfáltico do Pavilon, também teriam se locupletado, se enriquecido ilicitamente, através da construção de asfalto dos conjuntos habitacionais daquela cidade.

A grande verdade é que os comentários são os mais variados. E nós temos a obrigação — repito, na qualidade de fiscais, de defensores dos interesses mais legítimos da comunidade, de buscar essas informações para prestá-las com honestidade ao povo.

E é por isso, Sr. Presidente, que queremos saber qual o número de conjuntos habitacionais construídos em Londrina, qual o número exato de casas ali construídas; quais os valores pagos pela COHAB de Londrina, com o conhecimento do Banco Nacional de Habitação pela aquisição dos terrenos; quais os critérios adotados pelo BNH para as referidas aquisições; quais as pessoas que venderam à COHAB de Londrina.

O objetivo é este, é colhermos as informações oficiais para que possamos esclarecer o povo de Londrina, diante dos boatos que lá existem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Declina também a Liderança do PTB.

A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja usar o horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente. (Assentimento) Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A democracia não garante que os governantes eleitos sejam necessariamente bons, mas é o único sistema político que garante defesa à sociedade na circunstância de ter feito má escolha, porque os homens públicos são repetidamente submetidos ao julgamento eleitoral que os aplaude, confirma ou rejeita.

No final desta última semana, vimos divulgada pela imprensa, injúrias proferidas pelo Senador Leite Chaves, que aliás, já é uma figura constante no anedotário do Congresso Nacional, contra o Presidente do Diretório Regional do meu Partido, Deputado Norton Macedo, notoriamente a nível nacional, um dos mais atuantes, independentes e lúcidos integrantes da atual Legislatura no Congresso Nacional.

A nossa solidariedade e da nossa Bancada ao companheiro injuriado é evidente, mas queremos manifestar a Sua Excelência nossa certeza que o episódio serviu também para evidenciar mais nitidamente aos olhos da comunidade paranaense, a distância que separa personalidades políticas tão diferentes quanto um homem de bem e um mentecapto.

A resposta a essa realidade será dada pelo povo nas urnas e nós temos certeza que a votação do Senador Leite Chaves será uma comprovação daquilo que afirmamos, de que o

regime democrático é sadio, porque permite ao eleitor expurgar o seu próprio erro.

As eleições que se aproximam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são de uma relevância extraordinária para a vida brasileira, porque se pretende ver emergida a nova realidade política mais representativa, mais democrática. Daí a importância que os debates entre os partidos e os políticos se travem num alto nível, mas lamentavelmente, o que estamos vendo, é exatamente o contrário.

São determinados homens da Oposição sem ter nenhuma comprovação em mãos, lançar ao ar acusações como nós vimos, absurdas, vimos ainda na tarde de hoje, nesta Casa. Faz-se um requerimento de informações, mas já se adianta na justificativa, o fato como se fosse um fato verdadeiro.

Eu sempre disse que a honra de um homem, é como um balde de água. Tem dez litros. Se se mudar de um recipiente para outro, conservam-se os dez litros, mas se ele se derramar e ao mesmo instante, se tentar juntar essa água, vão se recolher apenas oito ou nove litros. Um ou dois se perdem e assim, a honra do homem.

Quando alguém chega na tribuna e diz: "Dizem que fulano comprou um terreno por tanto e vendeu por tanto", ele está lançando ao ar uma calúnia, uma injúria contra uma pessoa. Ele só pode vir a afirmar, isso sim, quando ele tiver documentação em mãos. Da mesma forma tem agido essa figura curiosa da política paranaense, que é o Senador Leite Chaves. É por isso que eu digo, a importância dos debates entre os partidos e os políticos devem se travar um nível alto. Cada um deve mostrar ao povo o seu programa de trabalho, as suas qualificações individuais, pessoas, a sua cultura, o seu preparo para o desempenho da árdua função de representar o povo.

Não é com injúrias ou com calúnias que a gente cresce aos olhos da população, mas sim, quando os debates se travam num nível pelo menos aceitável. Baixar os discursos pelos meios de comunicação ao calão de botequim, o que é que isto representa? É a agressão à inteligência de nossa comunidade. Desmerecer o conceito de nós todos políticos, isto é o que representa quando se baixa o nível dos debates.

A legítima defesa da injúria é a injúria. E esperamos confiantes que a maioria dos homens da Oposição, que é uma oposição que eu sempre disse aqui consciente e bem intencionada pela maioria dos seus integrantes. Mas sempre alguém foge à regra, sempre alguém é um despreparado para a função pública.

Mas eu espero que essa maioria bem intencionada não enverede por essa trilha sórdida, escolhida por que não tem mensagem nem compostura pessoal, nem pessoal e nem moral. Porque agrediu as Forças Armadas e depois, no dia seguinte, retratou-se, covardemente. Então, não tem nem estrutura moral.

Não pretendemos aceitar o repto baixo, em respeito ao eleitor paranaense que pretende ver debatidos seus anseios, seus problemas com seriedade e não com deboche.

Campanha política não se pode descer ao nível de deboche. Porque nunca se viu num homem do PDS nos debates que se fizeram, nas entrevistas uma agressão a vida pessoal de quem quer que seja. Eu acho que temos direito de ir até o portão da casa do político, sem jamais ultrapassá-lo. Isso é um respeito que cada cidadão tem, que a sua dignidade humana seja preservada. Não podemos permitir que um mentecapto como esse que é fruto de um acidente eleitoral, venha enxovalhar a honra do Presidente do Partido, que é um homem que realmente honra a representação do Paraná, no Congresso Nacional. E o que é que vimos até hoje, do Senador Leite Chaves?

Só deboche, só fanfarronadas. O episódio, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, talvez não merecesse este pronunciamento suscitado por quem foi. Mas não poderíamos deixar,

eu e meus companheiros de bancada omissa à nossa solidariedade, nem calar esse apelo ao bom senso dos políticos paranaenses, que em última análise é convocação de respeito e opinião pública, e valorização dos destinos que sonhamos para este País.

Eu sempre tenho dito nesta Casa, que a atual administração muito deve à bancada da Oposição, pela sua colaboração sempre espontânea, quando mensagens que tratam dos problemas do povo paranaense aportam a esta Casa, nós sempre recebemos uma compreensão, uma colaboração da Oposição paranaense, que tem se comportado com dignidade nesta Casa.

É evidente que sempre existem esses resvalos, sempre existe as pessoas despreparadas para a vida pública. Mas estas minhas palavras eu não quero que os Srs. membros da Oposição o tornem como generalidade, mas sim como o desabafo de um Líder de uma bancada que vê o Presidente do seu Partido duramente atingido naquilo que o homem tem de mais precioso, que é sua moral, que é dignidade da pessoa humana.

O Sr. Basílio Zanusso — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre Líder da nossa bancada, Vossa Excelência sempre é oportuno nas intervenções necessárias na defesa não só da bancada mas também como do Partido.

E Vossa Excelência coloca muito bem em suas palavras a defesa que faz ao Presidente de nosso Partido, ante a agressão caluniosa que lhe dirigira o Senador distante do Paraná, Leite Chaves.

Depois de tantos anos eleito, numa eleição que até hoje ninguém sabe explicar os motivos dela, aparece às vésperas de uma nova eleição, quase oito anos decorridos, o Senador Leite Chaves tentando antes um pouco agredir o Governador do Estado pessoalmente, com uma interpelação judicial que não cabia, que não tinha sentido e nem fundamento legal.

Este foi o entendimento do Judiciário.

Depois, vem Sua Excelência o Senador, a agredir a pessoa competente, digna, capaz, honrada em todos os aspectos, de Norton Macedo.

Não é necessário que se fale aqui da pessoa e da capacidade, do que representa Norton Macedo para o Paraná, porque o Brasil conhece muito bem Norton Macedo, pelo seu posicionamento político, pela sua colocação dos discursos que faz, exemplares, e de conhecimento, repito, de todo o Brasil.

Portanto, queremos estar solidários com Vossa Excelência. Com sua presença em defesa de Norton e de nosso Partido.

E não podia, o maior partido do Paraná, sabidamente o mais bem estruturado, que congrega o maior número de eleitores do Paraná, ter o seu Presidente agredido, atacado, por Leite Chaves, ausente do Paraná, agora numa véspera de eleição o nosso partido, calado, ouvir. Vossa Excelência o faz bem, indo à tribuna e dizendo a pessoa que é, o político que é Norton Macedo.

Muito obrigado.

O Sr. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, e antes de dar o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que me pediu em segundo lugar, em seguida darei ao nobre Deputado Lineu Turra, quero dizer que Vossa Excelência foi muito feliz no aparte, porque o Senador Leite Chaves realmente é um Senador sazonal, aparece de oito em oito anos, porque o mandato do Senador é de oito anos. Já enganou uma vez o povo do Paraná mas não enganará a segunda.

Podem estar conscientes, é aquilo que digo, o regime democrático é um regime abençoado por Deus, porque é o único que dá ao cidadão, ao eleitor, o direito de penitenciar-se do

erro cometido.

Tenho absoluta certeza de que o eleitor paranaense vai se penitenciar do erro que cometeu, em 1974.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, o Deputado Basílio Zanusso já fez as considerações, mas queríamos apenas dizer a Vossa Excelência que, dentro da liderança incontestada que Vossa Excelência tem em nossa bancada, da admiração que temos por Vossa Excelência que vem num momento certo e na hora exata a defender um homem como o nosso Presidente, o Presidente de nosso Partido.

Só que “estamos gastando verbas com defunto ruim”. O próprio Senador Leite Chaves está sendo repudiado pela sua bancada porque não encontra nem amparo, nem guarida para a sua reeleição. E quando ele vem com aquele ônibus que parece um circo, pelo Paraná inteiro, a blasfemar e abusar da boa vontade do povo paranaense... o homem está desesperado, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria que Vossa Excelência me permitisse interromper o brilhante aparte que está me concedendo, apenas para dizer que isto não justifica a agressão. Isto não justifica a transposição da porta do cidadão, do político. Temos que separar as paixões políticas da dignidade humana.

O Sr. Gabriel Manoel — O homem que agride Cristo é digno de dó.

Um homem que, quando eleito, foi, tirou a imagem de Cristo de seu gabinete e se dizia o onipotente do Paraná e do Brasil, este homem é digno de piedade, de dó, porque esse homem é um paranóico. Temos que pedir, em nossas orações, a Jesus, em sua infinita bondade e misericórdia, que o perdoe.

Agora nós, pobres mortais, quando somos atacados por um paranóico destes, por um homem que é repudiado pelos seus próprios companheiros, dizemos a Vossa Excelência e ao nosso chefe de Partido, Norton Macedo, — perdoai os ignorantes, porque não sabem o que dizem.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concedo o aparte ao Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu lamento que Vossa Excelência tenha ocupado . . .
(O Sr. Presidente desliga o som).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado José Antônio Del Ciel. Solicito do Sr. Primeiro Secretário, a leitura do mesmo.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê):

“Excelentíssimo Senhor

Deputado João Mansur

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar a minha renúncia ao mandato de Deputado Estadual, atendendo à legislação vigente que assim determina, para caracterização de desincompatibilização, para assumir o cargo de Prefeito Municipal da cidade de Londrina.

Aproveito o ensejo para reiterar os meus protestos de elevada estima e apreço, agradecendo a colaboração e prestigiamiento de Vossa Excelência, assim como a contribuição dos Srs. Deputados durante o nosso mandato de Deputado Estadual do

Paraná.

Atenciosamente

(a) JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL"

(Letra e firma reconhecidas).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência recebe o requerimento e envia ao Departamento Legislativo para anotar e fazer publicar.

A Presidência comunica que se encontra neste Poder Legislativo o Sr. Valter Pietrângelo, que assumirá a cadeira de Deputado na vaga deixada por motivo da renúncia do Sr. Deputado José Antônio Del Ciel.

Para acompanhá-lo até este Plenário, desgino uma comissão integrada pelos Senhores Deputados Carlos Zanlorenzi e Erondy Silvério, para introduzir o mesmo até esta mesa, a fim de que o mesmo preste o juramento. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência tem a satisfação de convidar o Sr. Valter Pietrângelo, para que preste o compromisso constitucional.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Faz o juramento).

"Prometo guardar a Constituição Federal e a do Estado, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e promover o bem do Paraná."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Tenho a honra de declarar empossado o Senhor Deputado Valter Pietrângelo e convidá-lo que tome assento na sua bancada neste Poder Legislativo. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, indicação subscrita pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, na qualidade de Líder do PDS, designando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que deverá apurar responsabilidades e causas das enchentes do Rio Paraná e seus afluentes.
— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor "EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ - AFEDEM", com sede na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO", com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE MATELÂNDIA", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EMOPAR", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 145/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EMOPAR", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A Associação EMOPAR é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e está devidamente registrada no Cartório do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos sob número 2552, do Livro A-1, de Pessoas Jurídicas, datado de 13 de outubro de 1978.

A entidade, portanto, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado e tem por finalidade principal a congregação dos empregados da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com objetivos de desenvolver atividades esportivas, sociais, culturais, assistenciais e recreativas.

Assim sendo, a Associação objeto da declaração de utilidade pública preenche os requisitos mínimos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que diz: — I - que possua personalidade jurídica há mais de um ano, II - que está em efetivo exercício e serve desinteressadamente a coletividade, III - que não remunera a qualquer título os membros da sua Diretoria e não distribui lucros ou vantagens a mantenedores e, IV - que, promove assistência social de caráter geral e indiscriminado.

Com a apresentação do presente plano de lei, esperamos dos ilustres Pares que se dê o devido apoio e posterior aprovação por ser uma medida da mais alta justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 145/81

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque, tem como finalidade declarar de utilidade pública a Associação EMOPAR, com sede e foro nesta Capital.

O plano de lei vem seguindo sua tramitação normal por esta Casa e, pela documentação que o acompanha, verificamos que a Associação que se quer beneficiar preenche os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

Nestas condições, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/81, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador "ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 151/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1981.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A figura do eminente Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, é por demais respeitada e conhecida nos meios forenses, jurídico e social de nosso Estado, o que por si só dispensa maiores encômios para justificar a proposição que ora submetemos à apreciação desta augusta Casa de Leis.

Os dados biográficos que anexo apresentamos historia a vida profissional do eminente Desembargador em prol da comunidade estadual comprovam a justeza da medida proposta, que nada mais irá retratar que o reconhecimento do povo paranaense a um dos seus mais brilhantes filhos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 151/81

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o Projeto de Lei que ora se examina concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva.

A medida proposta não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional e, quanto ao seu mérito, cremos ser das mais justas e oportuna a homenagem que se presta a uma das figuras mais ilustres da sociedade paranaense, que tão relevantes serviços prestou ao Paraná.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dalmiro Machado, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nazareno Berton, ocorrido em São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 172/81. — **Aprovado.**

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 101/80 e 140/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 145/81 e 151/81.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 147/81 e 149/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA N.º 086/82

revogar "ex-officio" a Portaria n.º 657/81, que concedeu ao funcionário RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n.º 602, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, tendo em vista que o referido benefício já foi concedido através da Portaria n.º 636, de 11 de agosto de 1981.

PORTARIA N.º 087/82

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias conforme especifica:

JOANNA DE BIÁSSIO DA CUNHA - Mat. 443	2 meses	1981
LILIAN MARY REBÊLLO Mat. 437	2 meses	1981
WILSON RAMOS - Mat. 137	2 meses	1981
EUMÊNIA DE OLIVEIRA - Mat. 469	2 meses	1981
HILZA DOS SANTOS LOPES - Mat. 200	2 meses	1981
JANET DA SILVA SANTOS - Mat. 338	2 meses	1981
ODIR GOMES DA ROCHA Mat. 318	4 meses	1980
		e 1981
ANNA ROSA BELLO VIANA - Mat. 324	2 meses	1981
MAI FAIR PERINE - Mat. 187	2 meses	1981
DOROTI DA CUNHA WOLKMER - Mat. 088	2 meses	1981
(Protoc. n.ºs 1633, 1634, 1672, 1871, 1991, 2028, 2073, 2145, 2146 e 2161/82)		

PORTARIA N.º 088/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, à funcionária MARILU FANCHER BECKER, matrícula n.º 438, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 1705/82)

PORTARIA N.º 089/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, matrícula n.º 375, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 1735/82)

PORTARIA N.º 090/82

conceder à funcionária LINDAMIR EDIL CARAN, matrícula n.º 510, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 24 de março de 1982. (Protoc. 2082/82)

PORTARIA N.º 091/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO, matrícula n.º 544, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980 e 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da já citada Lei n.º 6174, o tempo de 06 (seis) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude

de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 07 de novembro de 1976 e 07 de março de 1981, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 698/82)

PORTARIA N.º 092/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n.º 489, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 18 de janeiro de 1977 e 18 de janeiro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias de 1976, 1977 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 115/82)

PORTARIA N.º 093/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula n.º 279, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses,

correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 14 de julho de 1975 e 14 de maio de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. 649/82)

PORTARIA N.º 094/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ODAHIR COSMOS, matrícula n.º 575, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da já citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 28 de novembro de 1977 e 28 de setembro de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 094/82)

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1981.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral